

Apresentação

Arqueologia, comunidade e liberdade

Pedro Paulo Funari*

A Arqueologia acadêmica no Brasil é recente, mas suas origens são antigas. Disciplina surgida no continente europeu no bojo do Iluminismo, neta da Filologia e filha da História, a Arqueologia europeia resultava do crescente domínio do mundo pelas potências imperialistas. A ambição de coletar, para as sedes dos impérios, um mostruário do mundo, a demonstrar o domínio colonial que se espalhava por todos os ramos do conhecimento, levou à constituição de instituições de guarda de material arqueológico – os museus – e aos institutos históricos e arqueológicos. É neste contexto que se insere a reflexão de Lúcio Menezes Ferreira, estudioso da Arqueologia no contexto imperial brasileiro. Menezes, em seus muitos trabalhos publicados, tem enfatizado a necessidade de uma interpretação social da História da Ciência, em geral, e da Arqueologia, em particular, mostrando como os interesses sociais foram os motivadores das práticas e teorizações arqueológicas desde os seus princípios. Se nossas elites aspiravam à ciência mais avançada de sua época, aos modelos europeus vigentes, seu *ethos* e seu *habitus*, para usar um termo caro à sociologia de Pierre Bourdieu, eram em tudo específicos, aristocráticos e pouco burgueses. A persistência da importação de modelos estrangeiros, próprios de realidades sociais diversas das nossas, atesta a persistência de certos maneirismos das nossas elites.

A Arqueologia acadêmica que se iniciara no Pós-Guerra, graças aos esforços de Paulo Duarte, em colaboração com os franceses, adotara uma postura humanista de valorização dos vestígios pré-históricos. Esses esforços foram duramente afetados pelo golpe de 1º de Abril de 1964. As restrições à Arqueologia humanista logo se fizeram sentir – o pioneiro Paulo Duarte sofreu, primeiro, cortes de verbas, e, após seus protestos em defesa seja do patrimônio, seja das liberdades civis, foi cassado, e o Instituto de Pré-História que

criara foi ameaçado de fechamento pelo interventor. Não havia lugar para o estudo dos antigos habitantes do Brasil, pois, segundo o interventor, “o conceito de Pré-História é inaplicável ao caso americano”. O ocaso do regime viria a liberar a diversidade de idéias e de projetos de pesquisa e multiplicaram-se os estudos arqueológicos da nossa pré-história, muitas vezes relacionando as investigações da cultura material a grupos indígenas, como no caso dos artigos, neste volume, de Nanci Vieira Oliveira, Helder Macedo, Ana Lúcia Herberts *et alii*, Juracilda Veiga, Wilmar d’Angelis, Francisco Silva Noelli, Jane Trindade.

A Arqueologia Histórica desenvolveu-se, no Brasil, principalmente a partir da restauração das liberdades civis, com o fim da Ditadura, em 1985. Dois artigos tratam, em particular, das fontes escritas (Noelli e Trindade) e da interação da documentação textual e arqueológica (Oliveira), em perspectiva inovadora, ao corrente das discussões da teoria social recente. Os aspectos interdisciplinares são também tratados, em estudos originais e que apontam tendências, de Miriam Carbonera, sobre Arqueologia e Educação, de Hilda Dmitruk, sobre discursos e imagens, e de Protásio Langer e Valdir Cemin, sobre os conflitos étnicos. No contexto internacional, a Arqueologia Pública tem apontado a relevância de uma prática e reflexão arqueológicas em interação com as comunidades e, no Brasil, surgem iniciativas nessa direção, visando a superar o caráter apenas técnico da pesquisa, por um lado, e o culto às elites, por outro. Os artigos mencionados e a resenha de Fernanda Ben refletem essas novas aberturas metodológicas.

A Arqueologia brasileira, surgida no contexto aristocrático, não se desvencilhou, totalmente, de suas amarras de classe, nem, muitas vezes, daquele *ethos* aristocrático e autoritário. Ainda importam-se modelos interpretativos sem se preocupar com a especificidade da nossa estrutura social e de nossa história, marcada pela desigualdade e por formas de poder pessoal, paternalista e autoritário. No entanto, um crescente número de estudiosos, ao corrente das discussões internacionais e bem inseridos na realidade social brasileira, tem levado adiante trabalhos de campo, atividades

práticas e reflexões teóricas inovadoras e críticas. Este volume dos Cadernos do CEOM atesta bem essa diversidade criativa, fruto da liberdade e dos direitos civis restaurados há quase duas décadas.

Nota

* Arqueólogo, produtor da Unicamp e MAE/USP.